

● PLANO

MAIS EMPREGO POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

Com o avançar da pandemia da covid-19 e as consequências para a economia regional, devido aos já vários meses de quase total paralisação até à retoma em 'câmara lenta', com poucas áreas de actividade que têm sido excepções e não deixaram de facturar ou facturaram ainda mais e até aumentaram as necessidades de mão-de-obra, um dos primeiros alertas dos governantes e intervenientes políticos foi para o impacto no emprego e, por tabela, a perda de rendimentos, o aumento da pobreza e da exclusão social.

O desafio para o futuro a curto, médio e a longo prazo, como preconiza o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM em 2030 é garantir que a Madeira e o Porto Santo não fechem a década piores do que quando entraram. No final e início de 2020, antes de a pandemia assolar o Mundo de forma quase uniforme desde os maiores países aos territórios mais vulnerá-

veis, como é a Madeira, nomeadamente porque a economia regional é dependente em grande parte do turismo, estava muito a correr bem.

A actividade económica continuava positiva há 81 meses - desde Junho de 2013 até Fevereiro de 2020 -, ainda que com indícios de recuo precisamente do turismo, já evidentes desde 2018 e 2019, mesmo que perante valores recorde (em turistas, dormidas e proveitos) em 2017.

A taxa de desemprego anual no final de 2019 (7,0%) estava no valor mais baixo desde 2011, recuperando desde os 18,1% em 2013. Em termos trimestrais, os primeiros três meses de 2020 alcançaram o valor (5,6%) mais baixo em 37 trimestres (nove anos), já bem distantes dos

19,8% do 1.º trimestre de 2013. Até que, com os dados do 2.º trimestre de 2020 (6,7%), deu-se início ao que poderá ser apenas o princípio das consequências da pandemia e que deverá agravar os níveis de desemprego nos próximos tempos.

Cumprir o Pilar Europeu agora é mais urgente

Portanto, a estratégia e as prioridades de actuação do PDES-RAM 2030 neste capítulo partem do pressuposto que as coisas vão piorar antes de, necessariamente, melhorar. Baseados na "criação de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais" que se inscreve "no âmbito de um conjunto de esforços para construir um 'modelo de crescimento mais inclusivo e sustentável, melhorando a competitividade da Europa propícia ao investimento, à criação de emprego e à coesão social", cita o documento, cujos propósitos foram definidos no final de 2017, mas que hoje, a caminho do final de 2020 e perante o impacto profundo da pandemia da covid-19,

revelam-se mais urgentes e, como referido, a carecer de medidas a curto, médio e longo prazo, num cenário pior do que existia há 3 anos, mas ainda assim inferior ao que se prevê nos próximos tempos.

Por isso, frisa o PDES, "a abordagem regional dos objectivos deste Pilar, deverá acolher as expressões dos efeitos da crise pandémica no mercado de trabalho da RAM (com o aumento do desemprego dos jovens e de outros segmentos importantes da população activa e com os desafios colocados no acesso a competências mais valorizadas nos processos de trabalho)", acredita. E acrescenta: "Esta preocupação tem implicações importantes na construção de respostas de

activação das políticas de emprego, das apostas na formação de reconversão e novas competências, mas também na esfera do combate à pobreza e exclusão social."

Assim, tal como preconizado aquando da sua proclamação, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais "compreende, ainda, a promoção da igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, as condições de trabalho justas e a protecção e inclusão sociais", reconhecendo-se no PDES-RAM 2030 que as "baixas qualificações da população e as situações de risco de pobreza e de exclusão social, aconselham a adoptar uma abordagem integrada nos domínios do Emprego e Inclusão Social", abrangendo outras duas áreas (habitação e saúde) que tratamos noutras edições.

Especificamente no combate à pobreza e exclusão social, o plano regional objectiva "construir conhecimento por forma a preparar intervenções informadas e prioritárias de mitigação de um fenómeno que condiciona o desenvolvimento sus-

Emprego e Inclusão Social são áreas aos quais, além da resposta planificada a longo prazo, urge, no momento acudir aos madeirenses assolados pelo desemprego, para evitar a exclusão social e todas as consequências conexas. A crise causada pela pandemia da covid-19 apenas veio obrigar a acelerar os planos e projectos

tentável e a competitividade da Região, num Desafio que convoca um espectro largo de políticas sociais (habitação, saúde, prestações sociais, medidas activas de política de emprego, etc.)”, sustenta. Por isso, “a elaboração de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, oportunamente referenciada pelo Governo Regional constituirá um contributo objectivo para responder a esse desafio”, conclui.



“Hoje, assumimos um compromisso relativamente a um conjunto de 20 princípios e direitos, que vão do direito a um salário justo ao direito a cuidados de saúde, passando pela aprendizagem ao longo da vida, um melhor equilíbrio entre vida profissional e vida familiar, a igualdade de género e o rendimento mínimo: com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a UE defende os direitos dos seus cidadãos num mundo em rápida mutação.”

Declaração do ex-presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, por ocasião da proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em 17 de Novembro de 2017

AS MEDIDAS PREVISTAS

- 1** Reforço das respostas de política com foco em nos grupos sociais de maior risco de pobreza e exclusão, segundo os princípios de subsidiariedade e discriminação positiva, em parceria com a rede de parceiros da sociedade civil e as famílias;
- 2** Projecção de mecanismos robustos de incentivo à empregabilidade como resposta às situações de crise socioeconómica, incluindo parceiros público-privados;
- 3** Estímulo à criação do próprio emprego fomentando o potencial empreendedor de desempregados e outros públicos desfavorecidos, proporcionando-lhes o apoio técnico necessário à dinamização de pequenos negócios e respectiva alavancagem financeira;
- 4** Fomento de medidas activas de emprego que contribuam para recrutar e integrar trabalhadores com qualificações adequadas às necessidades das organizações empregadoras, potenciando a criação líquida de postos de trabalho;
- 5** Promoção da integração socioeconómica de nacionais de países terceiros, nomeadamente as comunidades emigrantes e luso-descendentes que regressam à RAM;
- 6** Fomento da inclusão social pela via do trabalho e da iniciativa, dinamizando as políticas activas de emprego e os projectos da economia social e de desenvolvimento local, com envolvimento dos parceiros económicos e sociais;
- 7** Reforço do peso da economia social a nível regional, combatendo a duplicação de respostas e dando visibilidade e sustentabilidade necessária à criação de postos de trabalho;
- 8** ■ Promoção da qualidade e das condições de envelhecimento da população da RAM, com a construção de Estruturas Residenciais para Idosos (ERI's) sustentáveis e de unidades de cuidados de saúde continuados, fomentando a saúde e o bem-estar entre a população idosa;
- 9** Intensificação de modelos positivos de integração social contribuindo para um sentimento de pertença e um papel mais activo na sociedade de grupos de risco de pobreza e exclusão social;
- 10** ■ Criação e adaptação de instalações e equipamentos com vista à inclusão activa, sob dinâmica das iniciativas de economia e empreendedorismo social;
- 11** Integração da habitação (social e a custos controlados) como instrumento para promover uma maior dignidade e atenuar os fenómenos de exclusão social;
- 12** Promoção da inclusão activa e combate à privação alimentar e material;
- 13** Promoção do acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de protecção social, visando:
 - a activação e a reabilitação das pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados;
 - a integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social;
 - combate à pobreza no trabalho, promovendo ambientes de trabalho inclusivos e desenvolver competências, através de formação e aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos;
 - a integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos;
 - e fornecimento de alimentos e assistência aos mais carenciados.

● OBSERVATÓRIO

CRIAR O FUTURO COM TURISMO, OBRAS E DIGITAL

O turismo, como um dos sectores 'nobres' da Região, deve continuar a ser aposta, mas o CINM, a tecnologia, a formação e as pequenas e grandes obras, também. E um layoff adaptado às flutuações do mercado

MARIA CATARINA NUNES
mnunes@dnoticias.pt

A pandemia veio estremecer o mundo, também em termos financeiros, e a expectativa é que a crise se adense nos próximos tempos. Na Região, o Verão está praticamente perdido em termos turísticos com uma taxa de ocupação hoteleira a que os empresários - não só os de hotelaria, mas todos os que gravitam à volta do sector turístico - não estão habituados.

É certo que os poucos casos de infecção ainda fazem das ilhas lugares idílicos, mas a tendência continua a ser de forte contrac-

ção, pelo menos enquanto durar a pandemia. É por isso que, acreditam os especialistas com quem conversamos para este Observatório, é necessário reinventar o turismo, e continuar a promovê-lo, mas não dependendo quase exclusivamente dele. O Centro Internacional de Negócios é defendido por uns como aposta ganha, como será a do digital e da tecnologia ou o sector agro-industrial. Mas não só: enquanto esses investimentos não se materializam na Região, defendem, é imperativo criar mecanismos de suporte e de apoio social e empresarial.



OBSERVATÓRIO

- 1 Qual deve ser a aposta para o relançamento da economia regional e em que sector(es) a Região deve investir para não depender quase exclusivamente do turismo?
- 2 As pequenas obras são importantes para este relançamento, ou só as grandes empreitadas?
- 3 Uma grande fatia da população regional trabalha no sector do turismo. Como investir nesta área, quando é a pandemia que dita as regras?

RICARDO FREITAS - PRESIDENTE DA UGT - UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES



1 Há a necessidade de, em primeiro lugar, termos condições de preservar os empregos e os rendimentos das pessoas e, portanto, tem de ser feito um esforço superior a que hoje já praticamos. De tal forma que naquelas situações que não haja condições para poder ainda exercer a sua actividade, e há muitos casos que não é só naturalmente o turismo, e tem de estar devidamente protegidos em perda de rendimentos, deve haver um suporte muito grande. O lançamento, naturalmente, passa pela capacidade de haver um investimento regional que tem de se constituir efectivamente, aqui, como um motor de confiança para depois o próprio sector privado criar as condições para também o sector turismo. Mas é evidente que

a fileira de construção também tem de ser alimentada dado que há muitos empregos e tal só será possível através, neste momento, de um grande pacote de investimento público que, se possível, possa ser derramado também pelas pequenas empresas. Há que revitalizar as condições do comércio, da indústria que temos, em termos de alguma produção e não esquecendo também o sector agro-industrial, no qual que deve haver condições de relançamento. É dentro desta perspectiva que nós estamos a encarar a necessidade de articular devidamente os vários planos que, neste momento, estão a ser desenhados, alguns que já mereceram a nossa participação e colaboração, e alguns em que falta identificar verbas e valores e que têm a ver com os programas nacionais, com os programas a nível europeu e de forma a podermos, efectivamente, responder de uma forma eficaz a todos estes problemas. É nesse quadro que nos encontramos agora. A necessidade de, tendo linhas de protecção ao trabalhador, especialmente aqueles que hoje ficaram sem trabalho e para os quais tem de haver condições de formação profissional, tem de haver condições que lhes tragam algum rendimento. Os das áreas de cultura, de

precariedade, que foram as primeiras a serem atingidas, e naturalmente, não podemos estar só focalizados em criar condições para uma manutenção artificial para algumas empresas. Há empresas que naturalmente têm de ser criadas com vários mecanismos, situações como as que foram criadas com moratórias, com condições de empréstimos e inclusivamente com algumas disposições a fundo perdido, mas acima de tudo temos que nos focar nas pessoas, na manutenção dos rendimentos e aí ainda está muito por fazer e muito por definir. Algumas das coisas não passam pela Região, passam também articulando com a Região, com o continente, com a Europa, para poder desencadeá-los.

2 É natural que nós veamos a necessidade de que as pequenas obras tenham aqui relevo, porque é um processo de potenciar, no fundo, as oportunidades por todos e não concentrar somente nas grandes - o que não retira a necessidade das grandes terem um papel central em muitas das questões, até pela oportunidade de que desfrutamos para poder criar uma nova economia e mais sólida, mais sustentável e em que as várias componentes de sus-

tentabilidade, em termos emergentes, e em termos ambientais, em termos também sociais. Mas há uma questão de coesão em todo o território e portanto essa coesão passa também por dar a oportunidade às pequenas e micro empresas, situações muitas vezes até familiares, e que devem ser tidas em linha de conta. É essencial que essa distribuição se faça.

3 É evidente que há uma necessidade de acompanhar a evolução da pandemia e a confiança que pode ser geradora dos nossos mercados será determinante. De qualquer maneira é uma futurologia um pouco difícil, porque não basta assegurar os postos de trabalho, eles têm de ser dentro do possível garantidos, mas temos que nos habituar que teremos que trabalhar mesmo no seio de uma pandemia. A Região desfruta de condições ímpares no plano nacional e internacional relativamente à pandemia, temos efectivamente um problema comunitário no caso da pandemia, e portanto temos que prevalecer essa visão, mas simultaneamente temos que aproveitar as oportunidades para poder manter a tal confiança. E a confiança em alguns mercados parece-me um pouco difícil. Agora

houve a boa notícia de que os corredores da Grã-Bretanha se mantêm para a Madeira, isso é positivo, mas é evidente que vamos ter que repensar todo um conjunto de aspectos que passam, desde as condições de funcionamento, a possibilidade da própria promoção do destino e provavelmente há que rever aqui um conjunto de disposições, de preços, de circuitos e de oferta. É essencial, mas não só o turismo. Temos que autorizar a capacidade de também podermos captar investimento através do Centro Internacional de Negócios, através de um conjunto de outros instrumentos que podem ser essenciais também para revitalizar um tecido económico e, cada vez mais, temos que começar a pensar que não deveremos ficar dependentes só de um ou de dois sectores. A diversificação será fundamental e teremos que caminhar nesse sentido de captação de investimentos. As condições que possamos oferecer não será só na área do turismo e mesmo na área do turismo há muitas vertentes: a cultural, a de saúde, a de lazer, a das experiências. Temos que ser criativos e começar a imaginar não só a resposta para o próximo ano, dois anos, mas uma resposta a médio prazo.

PAULO PEREIRA - ECONOMISTA



1 Em primeiro lugar, temos de nos lembrar sempre que as dificuldades do sector do turismo (que ainda estão em fase embrionária) foram causadas, não pelo mercado, não por más decisões de investimento, mas sim pelas decisões de (quase) todos os governantes em fechar/dificultar os movimentos turísticos mundiais; Depois, quem deve 'apostar' são os agentes privados da economia (empresas e famílias) e são estes, porque arriscam o que é seu (directamente com capitais próprios e indirectamente através de garantias que prestam aos bancos) e não o dos outros, que procuram com mais raciocínio, análise, equilíbrio e prudência os melhores sectores e oportunidades para investirem e criarem, assim, riqueza sustentável para eles e para a restante sociedade; Em terceiro lugar, a história

mostra-nos (quer na URSS, quer aqui), que planos estatais de investimento, decididos por burocratas que não 'colocam a sua pele no jogo' ao sabor inevitável dos mais variados grupos de pressão (empresariais, profissionais, mediáticos, etc.), têm uma taxa de mortalidade e de insucesso bem maiores, deixando significativas perdas e custos para o futuro das suas sociedades.

2 Há uma tendência para preferir as grandes obras/investimentos públicos pois segue-se a tese que depois estas 'derramam' recursos por toda a economia. Discordo em absoluto desta ideia, pois além de concentrarem risco (poucos grandes investimentos, para mais suportados por dívida nova, se derrapam, falham ou têm produtividade nula no futu-

ro, desperdiçam um montante demasiado grande de recursos na sua execução e manutenção), reforçam uma tendência para a criação artificial de 'campeões locais', que depois e de forma natural, tendem a absorver quase toda a atenção, legislação e recursos. Defendo que a terem de existir obras públicas (até para se aproveitar fundos europeus) que sejam para muitas mais pequenas obras, em especial de manutenção e requalificação do vasto parque já existente por toda a RAM, desde estradas a infraestruturas, dotando-as de maior utilidade (produtividade) e aspecto visual/integração paisagística.

3 A pandemia não dita regras pois foi é uma mera classificação da situação pela OMS. Foram, e são, as diferentes decisões governa-

mentais que causaram e causam diferentes níveis de crise e recuperação no sector um pouco por todo o mundo. Em breve a situação turística normalizará, ficando contudo um grande rasto de destruição económica nos mercados emissores e no próprio sector na RAM que perdurará no tempo. Haverá Investidores a realizarem novos projectos a pensar no futuro, outros a fecharem/deteriorarem-se porque não aguentam o 'entretanto' e outros que pagarão a factura da sobrevivência durante muitos anos. Os que se adaptarem mais rapidamente serão os vencedores, pois o mercado encontrará sempre oportunidades, mesmo num país marcado por uma lei das insolvências e outra do trabalho, que condenam o capital físico e humano à destruição e não à recuperação e reestruturação.

CRISTINA PEDRA - EMPRESÁRIA E PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DE ECONOMIA



1 Em primeiro lugar, é verdade que a Região tem uma grande dependência do sector do turismo, que se reflecte num conjunto de outros sectores de actividade e com um contributo muito expressivo. Por exemplo, estima-se que 60% das receitas da restauração na Região advenham do turismo. Quando se fala no turismo, não é apenas a hotelaria, significa que há a propagação na economia por restauração, por comércio, por construção civil de requalificação ou construção de raiz e, portanto, tem um efeito indutor na economia que é muito transversal. Por isso, a aposta para o futuro da Região deverá sempre passar pelo turismo. É bom que o turismo, em termos percentuais, ou seja relativos do PIB regional decresça, mas é muito importante continuar a apostar na qualidade do turismo, a investir e promover o turismo por forma que o seu peso absoluto, continue a aumentar. Nós somos bons no turismo, temos uma experiência de dois séculos e portanto é uma aposta seguramente para o futuro. Por excelência, nas áreas que vejo para o futuro é o turismo, como já disse, mas também o Centro Internacional de Negócios da Madeira e a própria construção civil, que temos um conjunto de 'know-how' e de ciência de projecção, de construção, que deve ser mantida e até fazer um esforço para externalizar e internacionalizar. Em conjunto com estas apostas, claramente deve-se apostar na tecnologia e no digital, este é um sector em que a Madeira tem uma grande vantagem, que é o facto de ter boas comunicações, e agora com a aposta e o investimento no cabo submarino terá ainda maiores competências para o sector tecno-

lógico e não precisamos de estar fisicamente se diados perto do cliente. Temos um 'know-how', temos já alguma experiência na Região empresarial no sector das tecnologias e até para um sector de vanguarda, desmaterializado por excelência, deverá ser uma aposta para o futuro da Região. São áreas pioneiras, são áreas que obrigam, todas elas, inclusive o sector mais tradicional do turismo, pressupõem no cimo uma aposta inequívoca e clara, na educação, na qualificação, e no conhecimento dos nossos quadros, da nossa administração pública, das nossas empresas e dos nossos jovens. Penso que a aposta deve ser direccionada com este sentido.

2 As pequenas obras são, e foram, sempre muito importantes para a sustentabilidade e diversificação do sector económico e da base produtiva da Região. As grandes obras são normalmente associadas a investimentos públicos pesados. No passado, tivemos as grandes vias - o aeroporto - que só por si alimentaram um conjunto de ocupação de mão de obra que, inclusive, teve que ser importada - se pudermos usar esta expressão - trazendo mão-de-obra para a Região. Mas, obviamente é muito importante, e nesta altura tem até um peso maior, apostar em obras pequenas. E há algumas empresas, nomeadamente na hotelaria, que têm algum fôlego e estão a apostar para fazer investimentos porque, teoricamente, a melhor altura para se reinvestir numa unidade hoteleira é quando não há clientes e infelizmente, neste momento, há pouca taxa de ocupação. As pequenas obras, sejam na área do turismo ou transversais a qualquer

sector de actividade económica, são um factor de equilíbrio não só para a manutenção dos postos de trabalho existentes, como para a diversificação da base produtiva. E, portanto, não subestimem de todo a existência de pequenas obras e elas devem ser fomentadas.

3 Vamos, e estamos, a viver um conjunto de vicissitudes da própria História. Hoje é a pandemia. Há quem indique, cientistas concretamente, que virão, a seguir, um determinado vírus, uma determinada doença e o ser humano vai ter que saber conviver com os perigos que sistematicamente aparecerão. Obviamente que, neste momento, têm que ser instituídos um conjunto de mecanismos de apoio, não só às empresas como também às famílias e aos trabalhadores, para que possam ter o período táctico e de sobrevivência que é enquanto decorre esta altura mais grave da pandemia e da falta até de expectativa como é que isto irá surgir, desenrolar, nos próximos meses. No entanto, não podemos desistir e o turismo é claramente um sector que vai ser dos mais tardios a recuperar porque pressupõe, desde logo, uma apetência para viajar que neste momento está muito em baixo devido à falta de confiança e por razões de saúde, mas não podemos deixar de promover - e promover a Região como um destino seguro que de facto é. Por um lado, a credibilidade do destino e do muito e bom que se tem feito na Região em termos de protecção e de segurança preventiva inclusive na Saúde, esta parte tem que ser fomentada e divulgada, bem como o facto de termos um bom produto, bons servi-

ços, boas experiências. E terem que existir meios, que claramente identifique a layoff mas não nos termos actuais, que não irá permitir a subsistência de empresas, e sim a layoff podendo colocar os trabalhadores que não houver efectivamente ocupação de trabalho para eles, sem os custos respectivos nas empresas. Porque a alternativa é existir uma retração empresarial quando, administrativamente, estão obrigadas a 50% dos trabalhadores a trabalhar, que é o actual sistema extraordinário de incentivos à retoma progressiva - o próprio nome é complicado, mas basicamente o que diz é que para facturações que tenham reduzido face ao período homólogo até 60%, pode-se apenas deixar de colocar o trabalhador na empresa 50% do tempo. Ora, isto significa que metade do outro tempo há trabalho para lhe dar, mas o trabalho e a procura não seguem as regras administrativas e legais e sim as regras da oferta e da procura. E se esta layoff não for rectificadas para um sistema melhor, e porventura mais aperfeiçoado do que o anterior, se não permitir ir ao encontro da realidade de procura de turistas, então receio que o desemprego venha a aumentar significativamente. Como investir face à pandemia? Neste momento de emergência e empresarial, social, humana e económica, há que ter almofadas de fundo regionais, nacionais e comunitárias, que permitam cirurgicamente às empresas que são viáveis, poder almofadar este período enquanto comprovadamente não têm procura. E com certeza que acredito que iremos ultrapassar este momento que está a ser tormentoso para toda a gente.